

A SAÚDE DO TRABALHADOR NAS CLÍNICAS-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Rosa Simone da Silva Nogueira¹

Stephane Falcão de Medeiros²

Alda Karoline Lima da Silva³

RESUMO

A relação entre o trabalho, saúde/doença e sua influência no indivíduo torna-se necessária para a formação do estudante de Psicologia e compreensão integral do Ser Humano. Desse modo, este artigo apresenta reflexões inerentes ao campo da Saúde do Trabalhador no contexto dos Serviços-Escola de Psicologia. Verificou-se a carência de estudos que abordem diretamente a temática, bem como de conteúdos que discutam a categoria trabalho de maneira consistente, considerando sua centralidade na vida dos sujeitos e as inter-relações entre a atividade laboral e os processos de saúde e adoecimento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos publicados em sites e em outras bases de dados e se justifica pela importância do tema para a formação do estudante de psicologia.

Palavras – chave: Psicologia, Clínica-escola, saúde do trabalhador, saúde-doença.

ABSTRACT

The relation between work, health / illness and its influence on the individual becomes necessary for the formation of the Psychology student and integral comprehension of the human being. Thus, this article intends to present reflections inherent to the field of the Worker's Health in the context of the School of Psychology service. There was a lack of studies that directly address the theme, as well as content that discusses the category of work in a consistent manner, considering its centrality in the life of the subjects and the interrelationships between work activity and health and illness processes. It is a bibliographical research of scientific articles published in websites and in other databases and is justified by the importance of the subject for the formation of the psychology student.

Key words: Psychology Training, Worker's health, health-disease.

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Natal-RN

² Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Natal-RN

³ Orientadora, Mestre, Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Natal-RN

1 INTRODUÇÃO

A Saúde do Trabalhador sugere um campo de conhecimentos e práticas que tem como objetivo estudar, analisar e intervir nas relações entre trabalho e saúde-doença (LACAZ, 1996). Ao implantar as políticas públicas da saúde do trabalhador definiu-se que esse campo se inclui no âmbito do direito a saúde que deve ser garantido pelo Estado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e que envolve atuação multidisciplinar. A Lei Orgânica da Saúde nº8080/90 toma como princípio básico que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, o trabalho.

A Constituição Federal Brasileira, no seu art. 7º, inciso XXII elenca como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”, sendo dever do Sistema Único de Saúde (SUS) “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”, nos termos do art. 200 e seu inciso II, dessa Carta Magna.³

Vê-se, assim, que o tema da saúde do trabalhador é amplo e mobiliza o Estado e instituições diversas. Por consequência, não pode ser alheio ao interesse acadêmico, sobretudo ao Serviço das Clínicas-escolas Universitárias.

O Serviço nas Clínicas-escolas Universitárias é uma atividade legitimada e obrigatória na formação do psicólogo de acordo com as diretrizes de graduação firmadas pelo Ministério da Educação (2008). Trata-se de um espaço privilegiado de aprendizagem sendo um ponto de intersecção entre a formação teórica e a prática que de acordo com Romaro; Capitão (2003) e Aguirre (2000) proporciona ao estudante o contato com situações e contextos que o permitem adquirir conhecimentos, habilidades, atitudes de competência profissional, assim como praticar a compreensão crítica sobre a amplitude do fenômeno psicológico e sua diversidade frente às demandas e realidades socioculturais, bem como o aperfeiçoamento da formação, o desenvolvimento da atitude clínica, a construção de

³ Ver o art. 7º, inciso XXII, e art. 200, inciso II, da Constituição Federal Brasileira da 1988 disponíveis em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 12 nov. 2017.

uma identidade profissional e o compromisso social na prestação do serviço comunitário.

Biasi e Rumin (2008) perceberam a falta de identificação, por parte de estudantes de psicologia, dos determinantes que esclarecem a origem das queixas dos pacientes, incluindo aquelas oriundas dos processos de trabalho. Esta lacuna no serviço das clínicas escola e no olhar do estudante de Psicologia, pode ser interpretada como escassez de conhecimento sobre a relação ontológica, social e política do homem-trabalho, e de como esse vínculo faz parte do processo da construção social, de identidade e de possível produtor de adoecimento dos indivíduos.

No entanto, é indispensável à reflexão sobre as técnicas e práticas do ensino em psicologia com o intuito de atender com maior qualidade as especificidades da clientela, bem como a formação adequada do aluno (ROMARO e CAPITÃO, 2003). As clínicas-escolas, em sua maioria, são estruturadas a partir das necessidades e possibilidades particulares da formação educacional e profissional existente, não obrigatoriamente, fundamentadas nas reais demandas da população, como afirmam Calejon (1995); Barbosa; Silvaes (1994), citado por Nunes et. al. (2006).

A relação do trabalho com o processo saúde/doença é um campo ainda pouco explorado. Segundo Keppler (2015), esse campo não está presente, ou aparece de forma limitada na formação do psicólogo. É inegável que o trabalho ocupa um papel central na vida das pessoas podendo ser deflagrador do desgaste a saúde mental e independente da área de atuação e do serviço em que estiver inserido, o profissional de psicologia ao atender um indivíduo deve estar atento a possibilidade de que suas queixas estejam relacionadas ao trabalho. Jacques (2007) afirma que a inclusão da Psicologia na área da Saúde do Trabalhador difundiu uma gama de possibilidades de atuação do profissional desta área, sendo uma delas o nexos causal entre o adoecimento mental e o trabalho. Tais possibilidades de atuação implicam na maior compreensão do ser humano em suas várias extensões.

Coelho-Lima, Bendassolli, e Yamamoto (2014) assinalam que o exercício das atividades de trabalho pelos psicólogos que atuam no campo da Saúde do Trabalhador tem sido prejudicado desde suas origens devido, em grande parte, a existência de falhas na estruturação curricular dos cursos de psicologia, que trata do

assunto em poucas disciplinas, que além de possuírem carga horária insuficiente não são integradas entre si. Tais autores consideram que o processo saúde/doença é dinâmico e influenciado pelo contexto social e pelas condições e relações de trabalho, que podem atuar como agente causador de sofrimento e adoecimento físico e mental. Segundo Jacques (2007) há um encobrimento do sujeito quanto ao seu sofrimento, no que concerne à necessidade de enquadrar o sintoma em uma classificação psicopatológica. Isto acaba por alienar o indivíduo no seu processo de adoecimento. Estabelecer o nexos causal entre a atividade do trabalhador e a doença é o ponto inicial para um diagnóstico e terapia adequados, também para registros de informações e ações voltadas à vigilância.

Em 2008, o Conselho Federal de Psicologia publicou o documento elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), “Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do(a) Psicólogo(a)”. Esse material, que se apresenta como uma espécie de “manual” do psicólogo no campo da Saúde do Trabalhador, sistematiza as atividades desse profissional no campo. Esse mesmo documento do CFP afirma que “a relação trabalho/subjetividade ainda não foi devidamente reconhecida nesse contexto [formação do psicólogo], o que representa uma séria barreira para a atuação desse profissional em todas as áreas, sobretudo no campo da Saúde do Trabalhador”. (CREPOP, 2008, p. 44).

Nesse sentido, surgiu uma inquietação em relação ao que existe descrito na literatura sobre como se constituem as práticas da Psicologia na interface saúde-trabalho. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar, teoricamente, o âmbito da saúde do trabalhador, especificamente, no contexto das clínicas-escolas.

Isto posto, essa pesquisa assume relevância visto que contribuirá com a sensibilização e desenvoltura do olhar do estagiário de Psicologia em compreender a ocorrência dos problemas de saúde mental à luz das condições e dos contextos de trabalho, estabelecendo um nexos causal entre este (contexto laboral) e a subjetividade do trabalhador.

2 METODOLOGIA

Os instrumentos de pesquisa empregados no estudo perpassam pela pesquisa bibliográfica de natureza descritiva analítica. No período de março a novembro de 2017, foi realizado um levantamento de artigos científicos publicados na internet, com recorte temporal de 2007 a 2017, de estudos com o idioma limitado ao português, cruzando as palavras chaves: Psicologia, Clínica-escola, saúde do trabalhador, saúde-doença. As bases de dados utilizadas para a investigação dos artigos foram: Medline, Psychinfo, SciELO e Lilacs. Os sites de busca, Google e Google Acadêmico, também foram utilizados e as palavras-chave foram as mesmas utilizadas nas bases bibliográficas anteriormente citadas.

A pesquisa bibliográfica é definida como aquela que realiza “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS.1991, p.158).

Na primeira tentativa de busca, ao cruzar as palavras chaves não foram encontrados artigos nas bases de dados pesquisadas, o que nos fez investigar as palavras chaves separadas. A primeira seleção se deu através da leitura de títulos e resumos. Os artigos completos só foram obtidos de estudos que atendessem os requisitos estabelecidos e apresentassem boa qualidade.

Todos os resumos de artigos contendo as palavras chaves foram lidos, investigaram-se também as listas de referências e foram considerados todos os que apresentaram dados atuais e relevantes relacionados ao tema sendo priorizados os artigos provenientes de fontes reconhecidamente confiáveis. De aproximadamente 23 trabalhos encontrados, significaram incluídos neste estudo, 9 (nove) artigos referentes às palavras chaves que abordavam o objetivo proposto. Os artigos separados para o estudo foram lidos exaustivamente e inseridos em tabela do Word, possibilitando assim, melhor compreensão, identificação e análise, visando conhecer a realidade e objetividade das informações existentes no banco eletrônico para melhor discussão sobre a relevância desta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tomou por base os seguintes temas: Clínicas-Escola de Psicologia, Psicologia e Saúde do Trabalhador e a Relação Saúde-trabalho nas Clínicas-Escola de Psicologia, que serão a seguir abordados em tópicos.

3.1 Clínicas-Escola de Psicologia

De acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, clínicas-escola de psicologia são serviços obrigatórios. O artigo 16 da referida lei, determina que os cursos de psicologia tenham serviços clínicos e de atenção à educação e ao trabalho, orientados e dirigidos pelo conselho dos professores, abertos ao público, gratuitos ou remunerados (BRASIL, 1962). Melo-Silva; Santos; Simon (2005a), afirmam que tais serviços foram investidos em cursos de Psicologia desde o surgimento da profissão de Psicólogo, em 1962, com o desígnio de atender a exigência legal de configurar o espaço apropriado à formação profissionalizante, bem como para consolidação e articulação das competências centrais desenvolvidas nos cursos de Psicologia.

Neste sentido, para Yoshida (2005), as clínicas-escola são serviços de acolhimento que funcionam nas instituições de ensino superior, como nos cursos de psicologia, enquanto locais que são dedicados ao atendimento à saúde pública e cujos objetivos basilares são voltados às questões de ensino-aprendizagem e de pesquisa.

Para Moura, Marinho-Casanova, Meurer e Campana (2009), o objetivo desse serviço não é exclusivamente promover a formação prática de seus alunos em Psicologia Clínica, mas também atender à demanda da população que procura por atendimento psicoterápico.

Entende-se, portanto, a finalidade dos serviços-escolas em duas perspectivas fundamentais, a saber, a possibilidade de treinamento de alunos mediante a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e a oferta de atendimento à população menos favorecida.

Corroborando tais ideias, Romaro e Capitão (2003) enxergam a clínica-escola como uma contribuição à sociedade, pois uma grande parte da sociedade brasileira não possui renda per capita acessível, por isso as clínicas-escola foram constituídas

a partir de uma obrigatoriedade legal e organizadas de acordo com as necessidades e possibilidades dos encarregados da educação e formação do futuro psicólogo.

Neste intuito, os serviços são ofertados de forma gratuita ou semi-gratuita para a comunidade, tendo um local onde o estudante, ou o profissional em formação recebe treinamento e orientação na forma de supervisões dos atendimentos clínicos, a fim de prepará-los para a prática do exercício profissional, unindo e prática.

Após a abordagem desse tópico sobre Clínicas-Escola de Psicologia se passará a tratar do assunto seguinte, ou seja, a Psicologia e Saúde do trabalhador.

3.2 Psicologia e Saúde do trabalhador

A Saúde do trabalhador conforma um campo de saber e prática que exige da Psicologia uma atuação sobre o trabalho e sobre as estruturas e processos que organizam, a partir do Lócus dos serviços públicos de saúde. (CREPOP, 2008).

Nas primeiras décadas do século XX, surgiu como área de conhecimento no cenário brasileiro a Psicologia Aplicada ao Trabalho e esse campo vem configurando sua atuação desde então. Verifica-se que, ao longo do tempo, essa área passou por uma evolução abalizada pela adoção de diferentes referenciais e metodologias, procurando atender os problemas e desafios deflagrados pelos diversos contextos sociais, econômicos e políticos em que a prática esteve inserida (BASTOS, 2003; SAMPAIO, 1998).

Diversamente da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, na Saúde do Trabalhador entende-se a saúde-doença enquanto processo, considerando seus determinantes sociais (MENDES & DIAS, 1991). Esse campo também é amparado pela perspectiva teórica da medicina social latino-americana (LAURELL & NORIEGA, 1989), em que o trabalho é considerado um dos principais determinantes da saúde.

A atividade laboral trata-se de uma prática de grande relevância, não só pelo tempo que lhe é empregado, mas por seu grande significado social, pois a essa prática o ser humano dedica grande parte de sua existência. Antunes (2005), Codo (1996) e Albornoz (2002), enxergam o trabalho como um elemento estruturante da vida do sujeito, fundamental para seu equilíbrio mental. Codo (1996) também compreende o trabalho como um elemento fundamental na construção da subjetividade, considerando-o o elo entre o indivíduo e a sociedade. Segundo o

autor, a atividade laboral constitui a atividade humana por excelência, uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado, sendo um dos elementos essenciais na construção da identidade.

Dessa forma, pode-se entender que sujeito constrói sua identidade ao longo de sua história, através das atividades que realiza e das relações que estabelece com o mundo e que um dos campos principais em que essas relações se instituem é o mundo do trabalho.

O aumento crescente de problemas de saúde relacionados ao trabalho contribuiu, ao longo dos últimos anos, para o surgimento de um corpo de práticas ligado à saúde coletiva que configura o Campo da Saúde do Trabalhador. Esse campo tem como objeto de estudo o processo de saúde e doença dos grupos humanos e sua relação com o trabalho. (CREPOP, 2008)

A Lei Federal 8.080, de 19 de dezembro de 1990 – SUS, destaca que a saúde do trabalhador é conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos sobrevividos das condições de trabalho. (BRASIL, 1990)

Normalmente, a formação do psicólogo não considera a relação entre trabalho e saúde mental, e o profissional acaba por negligenciá-la. Mas, ao deixar de considerar esse aspecto, o psicólogo arrisca-se a se tornar conivente com situações de “exploração, violência, crueldade e opressão”, o que pode configurar uma violação aos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (CREPOP, 2008).

Após essas considerações, se concluíra o referencial teórico com abordagem sobre a relação saúde-trabalho nas Clínicas-escola de psicologia.

3.3 A relação saúde-trabalho nas Clínicas-escola de psicologia

O aumento da demanda por atendimento psicológico, os novos contextos e realidades que hoje se impõem à Psicologia, exigem um necessário e indispensável redirecionamento das reais possibilidades de atendimento, no significado da busca da eficácia e contextualização das ações de intervenção, especialmente nas instituições público-comunitárias e/ou de atendimento gratuito à comunidade.

No entanto, para que as táticas de intervenção clínica se tornem eficientes é imprescindível um conhecimento precedente e sistematizado, compondo numa análise dos motivos da procura expostos pela clientela que busca atendimento psicológico em serviços de saúde mental, procurando prover aporte ao planejamento e à organização do Serviço no que se refere ao ajustamento de modalidades de atendimento às necessidades da população, bem como informações aos profissionais em formação acerca dos problemas dessa clientela, reflexões sobre sua prática e elementos para o conhecimento acumulado acerca das características da demanda dos pacientes que buscam assistência em serviços de saúde mental (LINHARES et. al., 1993).

A avaliação donexo causal entre o agravo à saúde mental e o trabalho é um ponto que merece ênfase na formação profissional em Psicologia, ao fazer parte da habilidade de “analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais” (BRASIL, 2011a, p.4). Conforme destaca Jacques (2007) e Codo (2004), o profissional de Psicologia precisa estar capacitado para reconhecer o nexo causal com o trabalho na etiologia da doença.

Assim sendo, podemos compreender a relação saúde-trabalho como algo a ser considerado pelo estudante de psicologia na clínica-escola, pois a saúde se constrói a partir da relação que o indivíduo constitui com as diversas atividades significativas de sua existência, entre as quais se destaca o trabalho, que pode atuar como agente causador de sofrimento e adoecimento físico e mental. Nesta perspectiva, o trabalho se apresenta como um fator que interage com uma constituição psíquica pré-existente, de modo que variáveis individuais desempenham um papel decisivo no processo saúde-doença. "O trabalho nunca é neutro em relação à saúde e favorece, seja a doença, seja a saúde" (DEJOURS, 1992. p.164).

4 RESULTADOS

Nessa busca, foram encontradas poucas pesquisas relacionadas à Saúde do Trabalhador nos serviços-escola de Psicologia. A partir da pesquisa de documentos disponibilizados *on line*, os resultados obtidos foram 9 trabalhos que descreviam como a demanda de trabalho e saúde do trabalhador era identificada e

acompanhada nesses serviços-escola. Dentre as publicações 4 (quatro) são referentes ao Papel Social do Serviço-Escola de Psicologia e a formação do Psicólogo, 2 (duas) referentes ao Trabalho como demanda da clientela das clínicas-escola de cursos de psicologia e 3 (três) tratam das Dificuldades de identificação do nexo entre queixa, sintomas e trabalho, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Artigos sobre a Saúde do Trabalhador nos Serviços Escola de Psicologia

Dimensões de Análise	Autores/Ano
Papel social do Serviço-Escola de Psicologia e a formação do Psicólogo.	Amaral et al (2012); Boeckel (2010); Gomes e Dimenstein (2016); Rumin (2016);
Trabalho como demanda da clientela das clínicas-escolas de cursos de psicologia.	Biasi e Rumin (2008); Campezo, Nunes (2007).
Dificuldades de identificação do nexo entre queixa, sintomas e trabalho.	Codo (2006); Jacques (2007); Silveira, Feitosa, Palácio (2014).

Fonte: Informações organizadas pelos autores

As primeiras publicações datam de 2007, sendo a maior concentração de estudos elaborados após o ano de 2012, provavelmente em decorrência da instituição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, oriunda do Ministério da Saúde. A seguir, serão descritos os resultados encontrados divididos por área de concentração, agrupados em três categorias.

4.1 Papel social do serviço-escola de psicologia e a formação do psicólogo

Os serviços-escola atendem clientelas e demandas diversas, com necessidades subjetivas e específicas que precisam de atendimento. Deste modo, profissionais e estudantes, frequentemente enfrentam o desafio de abarcar a

extensão das necessidades latentes no serviço. O estudante, inserido nesse contexto, tem essa experiência como fator necessário em sua formação acadêmica, pois, a partir daí, o acadêmico de Psicologia pode entrar em contato direto com o fazer profissional do psicólogo (AMARAL, 2012).

Amaral (2012) entende que a função dos serviços-escola é principalmente a de criar as condições necessárias para a capacitação dos futuros profissionais de Psicologia para uma adequada atuação técnica-teórica, assim como, ofertar serviços psicológicos à população menos favorecida, compatível com a demanda.

De acordo com Gomes e Dimenstein (2016), a formação universitária do Psicólogo nos Serviços-Escola encontra-se, muitas vezes, sistematizada e descontextualizada das necessidades sociais da população. Tal formação, alheia à operacionalização dos princípios e diretrizes das políticas de saúde, finda por criar profissionais malformados que, por vezes, andam contra o movimento de desconstrução do modelo ideário liberal-privatista-biomédico; da clínica tradicional; e das políticas sociais instauradas há mais de 30 anos no Brasil com a redemocratização política do Brasil e o estabelecimento do SUS.

Rumin (2016), aponta que a implementação das políticas públicas em Saúde do Trabalhador e sua execução firmada no Sistema Único de Saúde, foi o marco necessário para gerar novas reflexões e resoluções sobre o tema. O surgimento de portarias, leis e diretrizes, foram, por sequencia, formuladas para abarcar a abordagem da Segurança e Saúde no Trabalho nas referências curriculares dos cursos técnicos e superiores, entre eles, o de Psicologia. O objetivo era que a médio e logo prazo os serviços públicos e a comunidade reunissem profissionais capacitados para atuar com a demanda.

As diretrizes que fundamentam a formação em Psicologia ressaltam a obrigação de capacitar o futuro profissional para o diagnóstico e a caracterização dos arranjos do trabalho e seus determinantes de danos à saúde. Os Serviços-Escolas de Psicologia fazem parte da rede de serviços de extensão comunitária que, por lei, tem a tarefa de desenvolver pesquisas e estratégia de recursos que atendam a demandas sociais, incluindo ações de pesquisa em Saúde do Trabalhador para auxiliar o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). (BRASIL, 2011)

De acordo com Rumin (2016), a promoção, prevenção, cura e reabilitação em Saúde do Trabalhador são ações que são realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS), mas que, poderiam ter sua execução iniciadas nos Serviços-Escolas dos cursos de graduação de Psicologia, possibilitando a capacitação do futuro profissional no reconhecimento do nexos causal entre o trabalho e o adoecimento. Além disso ele aponta a necessidade das Clínicas-Escola atender normatizações legais que ordenem a execução de notificações compulsória dos transtornos mentais relacionados ao trabalho ao RENAST, sendo esta, uma obrigatoriedade a todos os profissionais de saúde e organizações legalmente responsáveis.

4.2 O trabalho como demanda existente nos serviços escolas

Campezato, e Nunes (2007), apontam que, em sua maioria, as Clínicas-Escolas se dispõem de acordo com as necessidades e possibilidades das suas instituições administradoras, não se organizando, necessariamente, a partir das reais necessidades da população atendida, correndo o risco, deste modo, de proporcionar um serviço inadequado. Por consequência, a maior parte das ocasiões, o cliente atendido pelo serviço psicológico é encaminhado ou continua nas listas de espera por atendimento. Para a resolução deste problema, existe a necessidade de, a partir da pesquisa, investigação, levantamento da demanda e um de diagnóstico institucional, obter o conhecimento inicial, para assim, traçar estratégias de mudança do fazer psicologia, tanto pelos acadêmicos, quanto, para a própria Clínica-Escola.

A partir da investigação e caracterização da clientela das Clínica-Escola de cursos de Psicologia de Porto Alegre, Campezato, Nunes (2007) chegaram aos resultados que demonstravam que, as demandas clínicas mais recorrentes estavam, especificamente, relacionadas ao âmbito familiar, as amizades e ao ambiente de trabalho, sendo esta última, equivalente à média de 23% da clientela total da clínica-escola (problemas relacionados à profissão/trabalho).

Biasi e Rumin (2008) cita Costa (1989), no que se refere à sua experiência na prática psiquiátrica em ambulatorios de saúde. A partir desta, foi verificada a presença de transtornos psíquicos chamados na época “doenças dos nervos” ou “crises nervosas”, que tinham relação com o histórico e as dificuldades da vida

laboral do trabalhador. Sabe-se hoje que, o homem alicerça a sua própria existência por meio do seu trabalho, sendo a sua estrutura social decorrente, conseqüentemente, desta atividade. Sendo assim, o que se identifica é a direta ligação entre saúde-adoecimento e o trabalho.

Biasi e Rumin (2008) apontam que, Villwock et. al. (2007) ao realizarem a caracterização da clientela adulta que busca o serviço de uma clínica-escola de Psicologia, foram encontrado inúmeros registros sintomas documentados sobre a clientela, tais como depressão e ansiedade, mas nenhum registro dos determinantes que esclarecesse a fonte ou gatilho das queixas.

A falta de registros adequados na maior parte das instituições de atendimento clínico em Psicologia é a principal dificuldade na extração de dados necessários para realização de pesquisas que esclareçam a demanda do trabalho nos Serviços-Escolas de Psicologia (CAMPEZATO e NUNES, 2007).

Tal barreira acaba por prejudicar possíveis articulações da atividade de acolhimento dos serviços de Psicologia ao conhecimento associado à saúde do trabalhador. Desta forma, a ampliação das estratégias de enfrentamento do trabalhador e a compreensão dos fatores do seu adoecimento, ficam limitadas, não possibilitando, ao profissional de Psicologia, a expansão da utilização das técnicas Clínicas no apoio à essa demanda (BIASI e RUMIN, 2008).

4.3 O nexo entre queixa, sintomas e trabalho

O sofrimento humano recebeu diferentes significações ao longo da história. Contudo, ainda hoje, em tempos contemporâneos, percebemos a evidente negação e “proibição” do desgaste psíquico no mundo do trabalho, assim como, a sua redução pelo modelo biologicista de enxergar o sofrimento mental e os sintomas (SILVEIRA; FEITOSA, PALÁCIO, 2014).

O nexo causal entre saúde, adoecimento psíquico e trabalho tem ganhado, nas últimas décadas, mais visibilidade, assim como, se estabelecendo como uma nova demanda que vem crescendo para a psicologia em seus diferentes campos de atuação. No âmbito da psicologia clínica, o trabalho ainda toma um lugar secundário de investigação, estando constantemente, fora dos registros realizados pelos profissionais (Jacques, 2007). De acordo com Tavares (2004), destacado ainda por

Jacques (2007), esta dificuldade de integralidade das visões da área clínica da Psicologia com o trabalho, está relacionada à visão cartesiana do sujeito que tem seu problema ou originado de fontes externas ou fundado em sua história. O reconhecimento deste vínculo pela Psicologia acarreta na necessidade da modificação do olhar profissional, mais amplo e multidimensional, sobre o sujeito.

De acordo com Codo (2006), trabalho é o centro do modo de ser do homem, sendo este, presente em todos os níveis de sua praxe, consciência e afetos. Deste modo, tal extensão é o que possibilita que os sintomas se ocultem em todas as faces da vida do sujeito e que se manifestem, de forma disfarçada, sobre formatos diversos do sofrimento emocional e comportamentos disfuncionais. Por tal contexto, faz-se necessário uma investigação diagnóstica na qual a anamnese ocupacional é essencial para desmistificar este nexos causal entre trabalho e distúrbio mental.

5 DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesse estudo apontam um caráter secundário do trabalho. Apesar da abrangência de estudos teóricos e empíricos sobre a atuação e formação dos psicólogos do trabalho (FAÇANHA, 2003; VENTURI, 1996; ZANELLI, 1994 a; BASTOS, 1992; MALVEZZI, 1979), verifica-se a carência de estudos que contemplem a atuação dos profissionais de Psicologia no que tange à área da saúde no trabalho e ausência de conteúdos que abordem a categoria trabalho de maneira consistente, considerando sua centralidade na vida dos sujeitos e as inter-relações entre a atividade laboral e os processos de saúde e adoecimento (ZANELLI, SILVA, & TOLFO, 2011). Questionamentos de autores como Dejours (1988), reforçam a importância do trabalho na constituição do sujeito e em sua inserção social, como estratégia de saúde e como associado ao adoecimento mental (JACQUES, 2003).

Em pesquisa realizada com psicólogos, Zanelli (2002) verificou que o trabalho humano, enquanto conteúdo de aprendizagem é pouco enfatizado e há insuficiência no fornecimento de temas voltados para a saúde mental no trabalho, de modo que falta referencial que permita a apreensão crítica da realidade política e maior clareza no que tange à própria inserção nas relações de produção. As falhas na formação contribuem para o encaminhamento de profissionais despreparados, sem posicionamento crítico, desconectados da realidade laboral em que irão se inserir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar, teoricamente, o âmbito da saúde do trabalhador no contexto das Clínicas-Escolas de psicologia. A presente pesquisa constatou que, apesar das Clínicas-Escola serem uma realidade acadêmica extremamente difundida nos cursos de Psicologia, a pouca produção de artigos acadêmicos sobre a saúde do trabalhador e o seu manejo nestes serviços-escola é uma evidência de que pouco se relaciona o trabalho com o processo saúde-doença ou, se o contrário, tal tema seria pouco estudado e sistematizado, sendo esse um fato limitador pra essa pesquisa.

O principal achado nos artigos pesquisados é que há dificuldades de identificação do nexos entre as queixas, os sintomas e o trabalho do cliente, possivelmente porque os profissionais em formação não identificam, com clareza, esse nexos, nas relações de trabalho. Por outro lado, observou-se nessa pesquisa, a existência dessa relação, ou seja, a existência de uma implicação direta da atividade laboral no bem-estar dos sujeitos; podendo o trabalho promover saúde, mas também sofrimento e adoecimento físico e mental.

Considerando que o psicólogo poderá deparar-se com questões do processo saúde-doença em sua relação com o trabalho, independentemente do lugar em que esteja atuando, a escuta relativa aos determinantes do sofrimento psíquico talvez pudesse abarcar o reconhecimento das relações de trabalho como deflagradoras do desgaste à saúde mental, desde a prática nas clínicas-escola.

A articulação do acolhimento em Psicologia aos conhecimentos associados à saúde do trabalhador propiciaria a ampliação das estratégias de enfrentamento às condições em que este trabalhador se encontra e seria possibilitado apreender os atributos que confluem em seu adoecimento.

A partir deste trabalho, espera-se contribuir com um novo olhar dos estudantes de psicologia para a relação saúde-trabalho, bem como instigar o aprofundamento e investigação do tema na prática clínica para complementar os resultados obtidos aqui.

7 REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. (2002). **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense.

ANTUNES, R. (2005). **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10º Ed. São Paulo: Cortez.

BASTOS, A. V. B. (1992). **O psicólogo nas organizações**. Psicologia: Ciência e Profissão, 12 (2): 42-46.

BIASI, E. Y.; RUMIN, C. R. **Intervenção em Saúde do Trabalhador nos espaços de uma clínica-escola: estudo de caso**. Omnia Saúde, Adamantina, v. 5, n. 1, p. 54-68, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão do psicólogo**. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/legislacao/legislacao87.119>> Acessado em: 03 de Novembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNES/CES nº 5, de 15 de março de 2011. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mar. 2011a. Seção 1, p. 19.

BRASIL. Lei nº 8080/90, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, 1990.

BOECKEL, M.G.; KRUG, J.S., LAHM; C.R., RITTER F.; FONTOURA L.O. & SOHNE L.C. (2010). **O papel do serviço-escola na consolidação do projeto pedagógico do curso de Psicologia**. Psicologia: Ensino & Formação, 1 (1), 41-51

CAMPEZATO, P. M. C., & NUNES, M. C. T. (2007). **Caracterização da clientela das clínicas-escolas de cursos de psicologia da região metropolitana de Porto Alegre**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 20(3), 376-388.

CODO, W. (1996). **Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer)**. In A. Tamayo., J. Borges-Andrade., W. Codo. (Orgs.) Trabalho, Organizações e Cultura. Coletâneas da ANPEPP. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.

CODO, W. **O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CODO, W. (2006). **Por uma psicologia do trabalho: Ensaio recolhidos**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

FAÇANHA, D. C. (2003). **Representações das Práticas dos Psicólogos nas Organizações**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, Ceará, Brasil.

JACQUES, M. G. C. (1989). **Uma proposta de Redimensionamento do papel do Psicólogo do Trabalho**. Psico (PUCRS), (17) 1: 15-30.

JACQUES, M. G. C. (2003). **Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho**. Psicologia e Sociedade, 15(1), 97-116.

JACQUES, M. G. **O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia**. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 19, p. 112-119, 2007. Número especial.

KEPPLER, Isabel Lopes dos Santos. **A atuação dos psicólogos nos centros de referência em saúde do trabalhador**. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese em saúde coletiva. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas–Unicamp, 1996.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Cebes – Hucitec, 1989.

LINHARES, M. B. M. et al. **Caracterização dos motivos da procura de atendimento infantil em um serviço de psicopedagogia clínica**. Medicina. Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 148-160, 1993.

MALVEZZI, S. (1979). **O Papel dos Psicólogos Profissionais de Recursos Humanos**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

MELO-SILVA, L. L.; Santos, M. A. dos; Simon, C. P. **Serviço-Escola em Psicologia: a construção do saber prático**. In: MELO-SILVA, L. L.; SANTOS, M. A. dos; SIMON, C. P. e cols. Formação em Psicologia - Serviços-escola em debate. São Paulo: Vetor Editora, 2005a. p. 21-30.

MENDES, R., & Dias, E. (1991) **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. Revista Saúde Pública, 25(5), 341-349. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>

MOURA, C. B., Marinho-C., M. L., Meurer, P. H. & Campana, C. (2009). **Caracterização da clientela pré-escolar de uma clínica-escola brasileira a partir do Child Behavior Checklist (CBCL)**. Contextos Clínicos, 1(1), 1-8.

PERES, S.R.; Santos, M.A. & Coelho, H.M.D. (2003). **Atendimento psicológico a estudantes universitários: Considerações acerca de uma experiência em clínica-escola.** Estudos de Psicologia, 20(3), 45-57.

ROMARO, R. A.; Capitão, C. G. **Caracterização da clientela da clínica-escola de psicologia da Universidade São Francisco.** Psicologia Teoria e Prática, v. 5, n. 1, p.111-121, jun. 2003

RUIZ, E. M. (1999). **Trabalho e psicologia do trabalho ou como o “gorila amansado” conquistou a subjetividade.** In J. J. C. Sampaio; I. C. F. Borsói; E. M. Ruiz (Orgs.), Trabalho, Saúde e Subjetividade. Fortaleza: INESP/EDUECE.

SELIGMANN-SILVA, E. (1994). **Desgaste Mental no Trabalho Dominado.** Rio de Janeiro: UFRJ.

VENTURI, E. P. C. (1996). **Atuação do psicólogo organizacional em Curitiba.** Psicologia Argumento, 15 (6), 31-48.

YOSHIDA, E. M. P. **Recepção, acolhimento, triagem e pesquisa na clínica psicológica.** In: MELO-SILVA, L.L.; SANTOS, M. A.; SIMON, C. P. (Orgs.), Formação em Psicologia: serviços-escola em debate. São Paulo: Vetor, 2005. p. 271-280.

ZANELLI, J. C. (1994 a). **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho: Formação e Atividades Profissionais.** Florianópolis: Paralelo 27.

ZANELLI, J. C. (1994 b). **Movimentos emergentes na prática dos psicólogos brasileiros nas organizações de trabalho: Implicações para a formação.** In R. Achcar (Org.), Psicólogo Brasileiro: Práticas Emergentes e Desafios para a Formação. São Paulo: Casa do Psicólogo.

ZANELLI, J. C. (2002). **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho.** Porto Alegre: Artmed.

AGRADECIMENTOS

À nossa orientadora, Alda Karoline, por apresentar-nos novas formas de pensar e ter oferecido suporte as nossas dúvidas e ansiedades nos momentos que precisamos.

Aos nossos familiares por todo o amor, apoio e por entenderem nossa ausência nos últimos tempos.

A todos os amigos e colegas que de alguma maneira contribuíram com essa conquista.

Natal/RN, artigo científico depositado em 28 de novembro 2017.